

COMO ELABORAR UMA RAZÃO DE DEFESA?

Dr. Tiago Reis



**CENTRO DE APOIO AOS POLICIAIS
E BOMBEIROS MILITARES**

Avenida João de Barros, 1527, Emp. Phoenix, Loja 102,
Espinheiro, Recife-PE - CEP: 52.021-180
81.3242-0939/98698-0886 – contato@jurispm.com.br
www.jurispm.com.br

SOMOS UM CENTRO DE APOIO AO MILITAR ESTADUAL



WWW.JURISPM.COM.BR

A JURIS PM é um Centro de Apoio ao policial e bombeiro militar, está situada na Avenida João de Barros, 1527, Emp. Phoenix, Loja 101, Espinheiro, Recife-PE, com fone para contato: 81.3242-0939 / 98698-0883.



Dr. Tiago Reis, possui graduação em DIREITO pela UNINASSAU (2010), Pós-Graduação em Direito Constitucional (2013), Pós-Graduação em Processo Civil (2015) é especialista em causas militares, foi 2º Sargento da PMPE, com mais de 10 anos de experiência na caserna, é profundo conhecedor da Legislação Militar, como Estatuto, CDME e outros, inclusive foi instrutor de diversos cursos da área jurídica dentre eles Legislação da PM, atualmente, é advogado e Diretor da Juris PM.



MUNDO JURIS PM

NOSSA REDE SOCIAL

NOSSO SITE:

www.jurispn.com.br

Acesse o maior portal de informações voltadas
a atuação dos policiais e bombeiros militares



jurispn.com.br

Nos acompanhe no
Facebook e tenha acesso
as principais notícias,
vídeos e artigos voltados
a área militar estadual



[Minhas postagens](#)



[Meus vídeos](#)

INTRODUÇÃO:

Você gostaria de conseguir elaborar sozinho (a) uma razão de defesa consistente, clara e objetiva que fosse capaz de garantir seu direito à ampla defesa e contraditório, transmitindo aos superiores tantos seus anseios como uma fundamentação sólida?

Gostaria de melhorar sua redação e estrutura textual na elaboração de sua razão de defesa para aumentar sua chance de êxito no processo administrativo?

Certamente sua resposta foi sim, pois muitos militares têm solicitado auxílio para elaborar suas próprias razões de defesa nas diversas corporações.

Em virtude disso, surgiu a ideia de elaborar esse e-book, com o fim de auxiliar os policiais e bombeiros militares que muitas vezes têm sofrido punições por não conseguirem expressar suas principais objeções, bem como, terem dificuldades na elaboração de uma defesa técnica, objetiva e produtiva.

Por isso, nesse e-book trouxemos 08 passos fundamentais na elaboração de uma razão de defesa que te ajudará a ter seu direito garantido.

COMO ELABORAR UMA RAZÃO DE DEFESA?

SUMÁRIO

1. QUAL A MARGEM, TIPO E TAMANHO DA LETRA?	7
2. DAS ABREVIATURAS E DA FORMA DE TRATAMENTO	8
3. DAS TÉCNICAS DE REDAÇÃO:	9
4. DIRECIONAMENTO E CABEÇALHO	11
5. DA OBSERVÂNCIA DOS PROCEDIMENTOS E PRAZOS LEGAIS... ..	13
6. CONTANDO OS FATOS:.....	15
7. COMO FUNDAMENTAR?	18
8. COMO ELABORAR OS REQUERIMENTOS?	22
MODELO I – RAZÃO DE DEFESA AUSÊNCIA DO INTERVALO INTERJORNADA DE UM TERÇO	24

1. QUAL A MARGEM, TIPO E TAMANHO DA LETRA?

É importante antes de adentrarmos na parte da fundamentação observar os procedimentos formais na elaboração da razão de defesa, por isso, em cada corporação o militar estadual deverá observar o Manual de Redação e seguir os modelos disponíveis nele.

Apesar disso, existe algumas regras gerais que seguem a ABNT, neste particular, recomendamos que o militar em relação a margem mantenha: 03 (três) centímetros do lado esquerdo e 2 (dois) centímetros em cima, embaixo e no lado direito da petição de defesa; já quanto ao tipo e tamanho de letra, recomendamos que se evitem aventuras, preferindo-se os tipos mais tradicionais (“times new roman” ou “arial”) no tamanho 12 (doze) com espaçamento 1,5, e tamanho 11 ou 10 para as citações acima de três linhas com recuo de 4 (quatro) centímetros do lado esquerdo, com espaçamento 1,0.

2. DAS ABREVIATURAS E DA FORMA DE TRATAMENTO

O uso indevido de abreviaturas tem se alastrado, sendo comum encontrar-se em quase todos os documentos administrativos diversas abreviaturas.

Na redação, em regra, deve-se evitar o uso de abreviaturas, devendo na dúvida consultar o Manual de Correspondência da respectiva instituição.

Já em relação ao tratamento, é importante destacar que no âmbito estadual, o termo Vossa Excelência deverá ser utilizado, em regra, para se dirigir ao Governador do Estado e Secretários de Estado. Já no ambiente militar deverá ser utilizado, em regra, o termo Vossa Excelência também para as autoridades como Comandante Geral da Instituição e Secretários de Defesa Social ou Segurança Pública, para as demais autoridades poderão ser usados Vossa Senhoria ou Senhor.

Exemplo de tratamento:

Ao: Senhor Comandante da 1ª CPM/ ____º BPM

Ao: Senhor Comandante do 13º BPM

Ao: Excelentíssimo Senhor Comandante Geral da Polícia Militar

3. DAS TÉCNICAS DE REDAÇÃO

Os militares poderão optar na elaboração da razão de defesa de duas técnicas na redação. A primeira simplesmente divide a razão de defesa por tópicos (1. Dos fatos, 2. Da Fundamentação, 3. Dos Requerimentos); já a segunda expõe os fatos de forma articulada, numerando-se os parágrafos.

Exemplo do 1º modelo

1. Dos Fatos

O notificado ressalta que jamais praticou tal transgressão disciplinar.

2. Da Fundamentação:

Pois a Lei nº [...] é clara ao dispor que inexiste transgressão quando o militar agir em excludente de ilicitude.

3. Dos requerimentos:

Assim, requer, o arquivamento do presente procedimento.

Exemplo do 2º modelo

1. O notificado ressalta que jamais praticou tal transgressão disciplinar.
2. Pois a Lei nº [...] é clara ao dispor que inexistente transgressão quando o militar agir em excludente de ilicitude.
3. Assim, requer, o arquivamento do presente procedimento.

Qualquer das duas formas é perfeitamente adequada, embora pessoalmente prefira, como se vê neste e-book, a técnica que divide a razão de defesa por tópicos.

Tendo escolhido qualquer das técnicas, o militar deve tomar o cuidado de manter-se fiel ao estilo escolhido.

4. DIRECIONAMENTO E CABEÇALHO

Quanto ao direcionamento, deverão ser observados o Código Disciplinar e o Manual de Correspondência da respectiva corporação.

Em regra, o comandante da OME é a autoridade competente para aplicar as penas disciplinares, assim, as razões de defesa poderão ser direcionadas a ele.

Exemplo: Ao: Senhor Comandante do 20º BPM

Já em relação ao cabeçalho e as informações introdutórias também deverá ser observado o Manual de correspondência da respectiva instituição.

Na parte introdutória, da razão de defesa o militar deverá qualificar-se com pelo menos o nome completo, graduação, matrícula, RG funcional e Batalhão que serve.

Quanto a base da sua razão de defesa será o art. 5º, LV, da CRFB/88 que trata sobre os princípios da ampla defesa e contraditório com o respectivo artigo que trata da razão de defesa do Código Disciplinar.

Trazemos o seguinte modelo de direcionamento e
cabeçalho:

_____, ____ de _____ de _____
Local, data

Assunto: **RAZÃO DE DEFESA**

Do: _____
Ao: Senhor Comandante do 20º BPM

NOME COMPLETO: _____,
Grad. _____, matrícula _____, RG Nº _____, servindo no ____º
BPM, nos termos do Art. 5º, inciso LV da Constituição Federal e no art. ____ do
CDME (Código Disciplinar Militar Estadual), vem respeitosamente a presença
de Vossa Senhoria, apresentar razão de defesa, nos seguintes termos:

5. DA OBSERVÂNCIA DOS PROCEDIMENTOS E PRAZOS LEGAIS

Outro ponto importante na elaboração da razão de defesa e que deve ser observado pelo notificado são os procedimentos e prazos legais para comunicação e punição do militar, pois em alguns casos a inobservância de tais procedimentos poderá culminar com o arquivamento do procedimento administrativo em virtude do vício.

Em regra, esses procedimentos para notificação, comunicação e punição estão previstos no Código Disciplinar Militar.

Exemplos de normas procedimentais no CDME-PE (LEI Nº 11.817, 24/07/2000)¹:

Art. 11 - Todo militar estadual que presenciar ou tiver conhecimento de uma transgressão disciplinar militar, conforme especificada neste Código, deverá, desde que não seja autoridade competente para adotar as providências imediatas comunicá-la ao seu superior imediato, por escrito, ou verbalmente, obrigando-se, ainda, quando a comunicação for verbal, a ratificá-la, por escrito, ao prazo máximo de 2 (dois) dias úteis.

§ 1º A parte deve ser clara, concisa e precisa, devendo conter os dados capazes de identificar as pessoas ou coisas envolvidas, o local, a data, a hora da ocorrência, e caracterizar as circunstâncias que a envolveram, sem tecer comentários ou opiniões pessoais.

[...]

§ 3º No caso da transgressão disciplinar militar, objeto da comunicação, ter sido praticada por militar estadual subordinado a OME diversa daquela a que pertence o

¹ Acessado em:

http://www.pm.pe.gov.br/c/document_library/get_file?p_l_id=3762505&folderId=70089&name=DLFE-4222.pdf

signatário da parte, este ser notificado de sua solução, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.

§ 4º Expirado o prazo do que trata o parágrafo anterior, deve o signatário da parte informar da ocorrência à autoridade a quem estiver imediatamente subordinado, para as providências cabíveis,

§ 5º A autoridade competente, a quem a parte disciplinar é dirigida, deve notificar o transgressor no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data em que tomou conhecimento da ocorrência, e informar ao notificado da abertura do prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentação da defesa escrita e provas, que julgar adequadas

. § 6º Na impossibilidade de proceder a notificação no prazo estabelecido, providenciará a autoridade competente a publicação, em boletim específico, das razões fundamentadas para a suspensão do prazo, e qual, pelas mesmas razões, poderá ser prorrogado até o máximo de 15 (quinze) dias úteis, desde que a autoridade competente opte pela instauração de Sindicância ou Inquérito Policial Militar, com amplo direito de defesa ao Investigado.

Art. 12 - Ocorrendo a prática de transgressão disciplinar em que estejam envolvidos militares estaduais de mais de cada OME, caberá ao Comandante da OME do escalão imediatamente superior das OME dos transgressores determinar a apuração dos atos procedendo, a seguir, de conformidade com o artigo anterior e seus parágrafos.

6. CONTANDO OS FATOS

Contar os fatos na razão de defesa nada mais é do que informar ao superior as razões pela qual o notificado não merece ser punido ou caso seja, que atenua a pena.

É importante destacar aqui nesse tópico que o militar deverá se ater aos fatos que foi notificado, trazendo como novidades os fatos relevantes para a sua defesa.

Muitas vezes os militares têm a falsa idéia de que se provar na razão de defesa que está sendo perseguido pelo notificante ou superiores terá êxito na sua defesa, em virtude disso, muitos elaboram diversas páginas explicando fatos anteriores sem conexão com a notificação atual.

Exemplo: O superior hierárquico realmente está observando o militar com mais atenção para encontrar razões para puni-lo e realmente encontra uma falta do subordinado e resolve notificá-lo.

Nesse caso específico, o foco na defesa do militar deverá ser na justificativa da falta e não em temas de perseguição e fatos anteriores. Por exemplo, ele poderia explicar que não foi observado o intervalo Inter jornada de descanso, pois tinha trabalhado 12 horas na noite anterior.

O fato do militar está sendo perseguido poderá ser objeto de uma informação ou ação judicial, mas em sua defesa administrativa, principalmente, a razão de defesa, ele deverá evitar sempre que possíveis fatos que extrapolem a notificação, até porque, certamente atrairá antipatia por sua causa pelo julgador da notificação. Lembre-se quem julga a razão de defesa em regra é um Comandante, por isso, se você focar sua defesa em falar de superiores, certamente terá parecer desfavorável.

Então, o foco deverá ser os fatos que são realmente relevantes para a defesa, assim, o militar ao redigir a razão de defesa deve ser sucinto, claro, político (evitar xingamentos e animosidade) e objetivo, devendo sempre observar:

- a. Sequência cronológica dos fatos;
- b. Coerência da narrativa;
- c. Discurso dissertativo-descritivo;
- d. Linguagem formal e objetiva.

Exemplo dos Fatos:

DOS FATOS:

Em primeiro lugar, gostaria de explicar que me foi imputado a falta ao serviço no dia 01 de julho das 13:00 as 19h00, fato esse que configuraria em uma transgressão disciplinar.

Contudo, existia duas escalas de serviço que se chocaram, uma na noite no dia anterior a notificação, ou seja, 30 de junho, pois fui escalado para tirar 12h de serviço, das 19h00 às 07h00, a qual compareci, conforme livro de presença em anexo.

A outra escala o notificado estava escalado para trabalhar no dia 01 julho [...], é notório que deve ter existido um equívoco na confecção de tal escala, pois não foi observado o descanso mínimo 3 horas de intervalo Inter jornada para uma 01 hora de trabalho, ou seja, o militar que cumpriu carga horária de 12 horas tem direito a 36 horas de descanso.

7. COMO FUNDAMENTAR?

A fundamentação é a base legal em que o notificado sustentará a sua tese de defesa.

Nesse tópico será necessário o notificado verificar em qual artigo do Código Disciplinar foi enquadrado.

No caso em análise a base legal foi faltar ao serviço, nestes termos:

“Faltar a qualquer ato de serviço em que deva tomar parte ou a que deva assistir. Pena: Prisão, de 21 a 30 dias, com perda da remuneração do tempo de serviço referentes aos dias da falta ao serviço”

Após o militar deverá analisar a subsunção do fato à norma administrativa, ou seja, quando o caso concreto (faltar ao serviço) se enquadra em algum artigo do Código Disciplinar em abstrato (infração administrativa de faltar a qualquer ato de serviço). É a adequação de uma conduta ou fato concreto (norma-fato) à norma jurídica (norma-tipo).

É importante observar tal adequação, pois em virtude do princípio da legalidade, tipicidade e da anterioridade ninguém poderá ser punido se não existir a conduta tipificada na norma administrativa. No caso em análise, por exemplo, o militar poderia faltar ao serviço sem punição caso não existisse a infração administrativa de faltar ao serviço.

É importante ainda, o notificado verificar na doutrina, ou seja, em livros ou artigos que comentem sobre os verbos descritos na infração administrativa e o que os autores comentam como necessário para configurar a conduta típica, bem como, nas legislações e na jurisprudência se existe algum comentário sobre caso idêntico, vejamos:

Exemplo de citação de doutrina:

Conforme ensinamento de Reis² para configuração da conduta de falta ao serviço deve existir conduta dolosa, no presente caso, é notório que não existiu a vontade livre e consciente de faltar ao serviço.

Exemplo de citação de Jurisprudência:

Nesse sentido, é o entendimento do TJAL³:

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. POLICIAL MILITAR. HORAS EXTRAS. PREVISÃO LEGAL. EXEGESE DO ART. 3º, § 2º, DA LC N. 137/95 DESTE ESTADO. INDENIZAÇÃO DE ESTÍMULO OPERACIONAL. LIMITE DE 40 (QUARENTA) HORAS EXTRAS POR MÊS ULTRAPASSADO. PROVA INEQUÍVOCA. DIREITO DE PERCEBER A REMUNERAÇÃO DAS HORAS EXCEDENTES À LIMITAÇÃO COMO EXTRAORDINÁRIAS. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO.

² Citar o livro e a página....

³ Citar a jurisprudência

Exemplo da fundamentação:

DA FUNDAMENTAÇÃO:

a) DA JORNADA DE TRABALHO EM REGIME DE 12X36

O Regulamento do servidor militar estadual é claro ao dispor que a jornada de trabalho do militar em regime de 12x36, será na proporção de doze horas de serviço por trinta e seis horas de descanso, nos termos do Sunor⁴, vejamos:

Considerando o prescrito no art. 5º [...], que determinou a aplicação, aos Militares do Estado, do disposto no art. 19 da Lei Complementar [...], o qual regula a jornada de trabalho regular, no âmbito da Polícia Civil de [...] vinculada à Secretaria de Defesa Social, para os servidores ocupantes de cargos públicos efetivos, de natureza Policial Civil, ficando fixada em 08h (oito) horas diárias ou 40 (quarenta) horas semanais, ressalvadas as jornadas especiais, em regime de plantão, que observarão a proporcionalidade limite de 1/3 – uma hora de trabalho para três de descanso [...].

No mesmo sentido, a Lei Complementar nº [...], em seu art. 19, prescreve:

A Jornada de trabalho regular, no âmbito da Polícia Civil do Estado de [...], vinculada à Secretaria de Defesa Social, para os servidores ocupantes de cargos públicos efetivos, de natureza Policial Civil, fica fixada em 08 (oito) horas diárias ou 40 (quarenta) horas semanais, ressalvadas as

jornadas especiais, em regime de plantão, que observarão a proporcionalidade limite de 1/3 - uma hora de trabalho, para três de descanso, na forma disposta em regulamento, a critério da administração, tendo em vista a natureza dos serviços a serem executados.

(Vide o art. 5º da Lei Complementar nº 169, de 20 de maio de 2011 - aplicação aos Militares do Estado.)

⁴ Citar a norma interna

b) DA AUSÊNCIA DE DOLO

Ademais, se o militar não estiver imbuído da vontade livre e consciente de descumprir a missão, não haverá a prática transgressão. Além disso, o comunicado se dispõe a prestar serviços extras se a autoridade entender que houve prejuízo ao serviço.

c) DAS CIRCUNSTÂNCIA ATENUANTE

É importante destacar ainda, a presença das circunstâncias atenuantes em favor da recorrente, nos termos do art. [...] do CDME, como a constatação de bons antecedentes; a relevância de serviços prestados; a influência de fatores diversos, devidamente comprovados e justificados.

Além de tudo, o notificado é profissional comprometido, dedicado, disciplinado, comprometido com os resultados, princípios e valores instituídos pela corporação, pautando sempre suas ações pela legalidade e pela ética.

8. COMO ELABORAR OS REQUERIMENTOS?

Os requerimentos finais deverão ser elaborados com muita atenção, pois guardam conexão com aquilo que foi relatado anteriormente na petição e com a pretensão da defesa.

A boa técnica de redação nos orienta a contar os fatos primeiro, para depois organizadamente fazer os pedidos, obedecendo a uma ordem lógica jurídica.

Nos requerimentos finais deverá utilizar expressões de conclusão para após realizar os requerimentos detalhadamente, sendo assim, propomos a seguinte expressão dentre outras: “ Diante do exposto, requer:”

Exemplo de requerimentos:

Diante do exposto, requer:

a) Que Vossa Senhoria, julgue improcedente a presente notificação, em virtude da fundamentação supra, e consequentemente, archive o presente procedimento administrativo.

b) Caso esse não seja entendimento de Vossa Senhoria, requer que seja aplicada advertência ao notificado nos termos do [...] CDME, com orientação verbal, haja vista, a presença dos requisitos: como primeira penalidade aplicada ao transgressor ou quando os antecedentes deste assim o recomendarem.

Nestes termos, pede deferimento

Notificado

MODELO I – RAZÃO DE DEFESA AUSÊNCIA DO INTERVALO INTERJORNADA DE UM TERÇO

_____, ____ de _____ de _____

Local, data

Assunto: **RAZÃO DE DEFESA**

Do: _____

Ao: Senhor Comandante do 20º BPM

NOME: _____,

Grad. _____, matrícula _____, RG Nº _____, servindo no ____º
BPM, nos termos do Art. 5º, inciso LV da Constituição Federal e no CDME, vem
respeitosamente a presença de Vossa Senhoria, apresentar razão de
defesa, nos seguintes termos:

1. DOS FATOS

Em primeiro lugar, gostaria de explicar que me foi imputado a falta ao serviço no dia 01 de julho das 13:00 as 19h00, fato esse que configuraria em uma transgressão disciplinar.

Contudo, existia duas escalas de serviço que se chocaram, uma na noite no dia anterior a notificação, ou seja, 30 de junho, pois fui escalado para tirar 12h de serviço, das 19h00 às 07h00, a qual compareci, conforme livro de presença em anexo.

A outra escala o notificado estava escalado para trabalhar no dia 01 julho [...], é notório que deve ter existido um equívoco na confecção de tal escala, pois não foi observado o descanso mínimo 3

horas de intervalo Inter jornada para uma 01 hora de trabalho, ou seja, o militar que cumpriu carga horária de 12 horas tem direito a 36 horas de descanso.

2.DA FUNDAMENTAÇÃO

a. DA JORNADA DE TRABALHO EM REGIME DE 12X36

O Regulamento do servidor militar estadual é claro ao dispor que a jornada de trabalho do militar em regime de 12x36, será na proporção de doze horas de serviço por trinta e seis horas de descanso, nos termos do Sunor⁵, vejamos:

Considerando o prescrito no art. 5º [...], que determinou a aplicação, aos Militares do Estado, do disposto no art. 19 da Lei Complementar [...], o qual regula a jornada de trabalho regular, no âmbito da Polícia Civil de [...] vinculada à Secretaria de Defesa Social, para os servidores ocupantes de cargos públicos efetivos, de natureza Policial Civil, ficando fixada em 08h (oito) horas diárias ou 40 (quarenta) horas semanais, ressalvadas as jornadas especiais, em regime de plantão, que observarão a proporcionalidade limite de 1/3 – uma hora de trabalho para três de descanso [...].

No mesmo sentido, a Lei Complementar nº [...], em seu art. 19, prescreve:

A Jornada de trabalho regular, no âmbito da Polícia Civil do Estado de [...], vinculada à Secretaria de Defesa Social, para os servidores ocupantes de cargos públicos efetivos, de natureza Policial Civil, fica fixada em 08 (oito) horas diárias ou 40 (quarenta) horas semanais, ressalvadas as

jornadas especiais, em regime de plantão, que observarão a proporcionalidade limite de 1/3 - uma hora de trabalho, para três de descanso, na forma disposta em regulamento, a critério da administração, tendo em vista a natureza dos serviços a serem executados.

(Vide o art. 5º da Lei Complementar nº 169, de 20 de maio de 2011 - aplicação aos Militares do Estado.)

⁵ Citar a norma interna

b. DA AUSÊNCIA DE DOLO

Ademais, se o militar não estiver imbuído da vontade livre e consciente de descumprir a missão, não haverá a prática de transgressão. Além disso, o comunicado se dispõe a prestar serviços extras se a autoridade entender que houve prejuízo ao serviço.

c. DAS CIRCUNSTÂNCIAS ATENUANTES

É importante destacar ainda, a presença das circunstâncias atenuantes em favor da recorrente, nos termos do art. [...] do CDME, como a constatação de bons antecedentes; a relevância de serviços prestados; a influência de fatores diversos, devidamente comprovados e justificados.

Além de tudo, o notificado é profissional comprometido, dedicado, disciplinado, comprometido com os resultados, princípios e valores instituídos pela corporação, pautando sempre suas ações pela legalidade e pela ética.

3. DOS REQUERIMENTOS:

Diante do exposto, requer:

a) Que Vossa Senhoria, julgue improcedente a presente notificação, em virtude da fundamentação supra, e consequentemente, archive o presente procedimento administrativo.

b) Caso esse não seja entendimento de Vossa Senhoria, requer que seja aplicada advertência ao notificado nos termos do [...] CDME, com orientação verbal, haja vista, a presença dos requisitos: como primeira penalidade aplicada ao transgressor ou quando os antecedentes deste assim o recomendarem.

Nestes termos, pede deferimento.

Recife, 15 de julho de _____

TIAGO O. REIS
OAB/PE